

ÍNDICE EM DEBATE

Não há definição para o reajuste das prestações

Com o fim do IPC-r, o governo ainda não sabe os critérios que irá usar para o reajuste das prestações da casa própria, principalmente no caso dos mutuários que têm Plano de Equivalência Salarial. Segundo admitiu ontem o diretor de Normas do Banco Central, Cláudio Mauch, os bancos poderão aplicar no reajuste a média do INPC e do IGP-DI, a ser divulgada pelo governo, e os mutuários prejudicados deverão reclamar se o aumento da prestação ultrapassar o aumento do salário. Mauch destacou, no entanto, que ainda não há uma decisão definitiva.

O problema existe porque, na impossibilidade de examinar caso a caso, tanto os bancos como os

mutuários utilizavam o IPC-r como referência para o aumento da prestação, uma vez que o índice era usado no reajuste dos salários. Com a livre negociação salarial por empresa, o governo criou ainda mais dificuldade na negociação entre bancos e mutuários, porque os financiamentos habitacionais prevêem equivalência salarial por categoria profissional.

No caso da Caixa Econômica Federal, por exemplo, agente que tem o maior número desses contratos, o reajuste das prestações era monitorado. Ou seja, ao dispor do reajuste da categoria, a CEF repassava para a prestação. Os técnicos do BC ainda vão debater a questão com a Caixa e os bancos privados.